

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Medicilândia**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

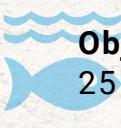
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023).	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Medicilândia (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Medicilândia se manteve relativamente estável, oscilando levemente entre 52,1% e 54,2%. A RI Xingu apresentou comportamento semelhante, com uma variação de aproximadamente 51,8% a 53,6%, enquanto o estado do Pará registrou taxas mais baixas, na faixa dos 40%. Esse padrão sugere uma permanência da vulnerabilidade socioeconômica local e regional antes do impacto mais acentuado da pandemia (Gráfico 1).

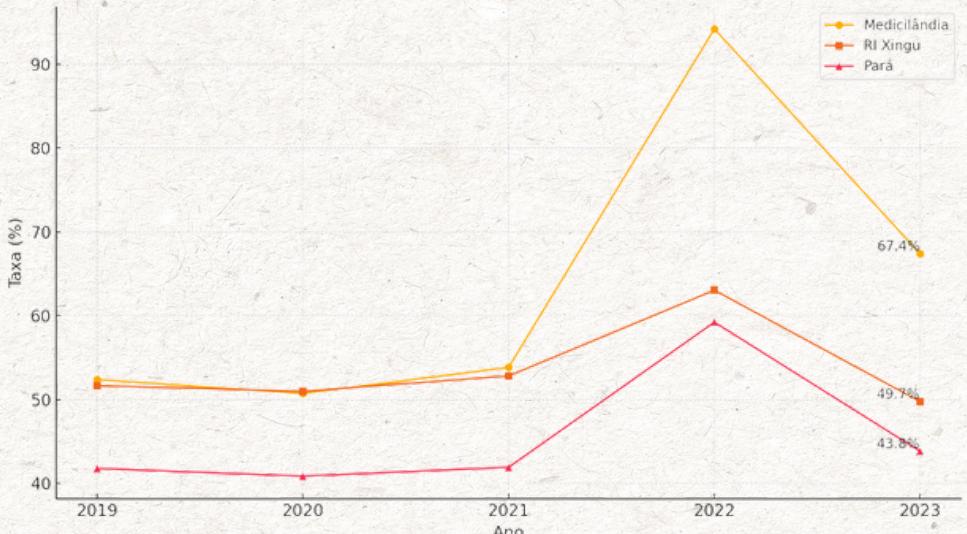
Em 2022, todos os níveis territoriais experimentaram uma elevação abrupta da taxa de pobreza, sendo particularmente grave em Medicilândia, onde o indicador atingiu 94,6%, um pico que a colocou muito acima das médias estadual (59,1%) e da RI Xingu (63,1%). Esse salto pode estar associado ao agravamento dos efeitos sociais e econômicos da pandemia de COVID-19, especialmente em áreas mais frágeis institucionalmente ou com menor cobertura de políticas públicas compensatórias (Gráfico 1).





Já em 2023, nota-se uma forte retração na taxa de pobreza, embora ainda permaneça elevada em Medicilândia (67,4%) em comparação à RI Xingu (49,7%) e ao Pará (43,8%). Apesar da redução pós-pandemia, os dados revelam que a recuperação foi desigual, refletindo desafios persistentes de combate à pobreza em territórios mais vulneráveis como o município analisado, que permanece acima dos níveis regionais e estaduais (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

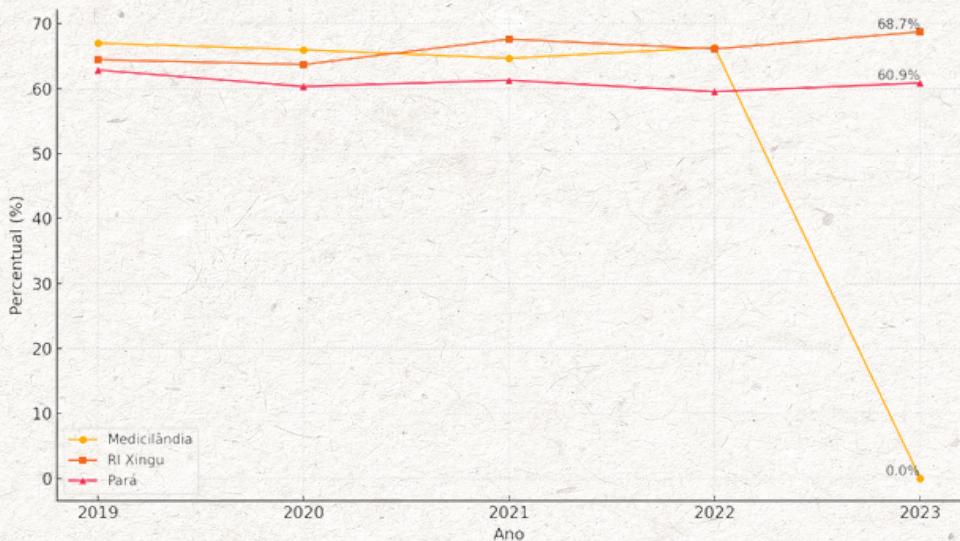
De 2019 a 2022, as despesas públicas com serviços essenciais em Medicilândia se mantiveram em patamar elevado, variando entre 64,6% e 67,3% do orçamento municipal, um percentual superior ao observado tanto na RI Xingu (cerca de 64% a 68%) quanto no estado do Pará (entre 59,2% e 63,2%). Essa trajetória sugere que o município destinava uma fatia relevante de seus recursos a áreas prioritárias como saúde, educação e assistência social (Gráfico 2).

No entanto, em 2023, Medicilândia apresentou uma queda abrupta para 0%, um valor incompatível com a realidade de qualquer administração pública, o que pode indicar inconsistência no dado reportado, ausência de informação, ou erro na classificação contábil do orçamento. Em contraste, tanto a RI Xingu (68,7%) quanto o Pará (60,9%) mantiveram suas proporções de investimento em serviços essenciais relativamente estáveis, sinalizando continuidade nas políticas públicas (Gráfico 2).

Essa súbita ausência de alocação em serviços essenciais no município, combinada com o nível ainda elevado de pobreza local, acende um alerta sobre possíveis falhas de gestão, transparéncia orçamentária ou descontinuidade de programas sociais. A situação aponta para a necessidade de maior investigação sobre a execução orçamentária de Medicilândia em 2023 e seu impacto na manutenção das condições de vida da população (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2020, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Medicilândia apresentou leve queda, passando de 6,1% para 5,9%, comportamento semelhante ao observado na RI Xingu e no estado do Pará, que também mantiveram taxas estáveis nesse período. No entanto, em 2021, o município sofreu um aumento abrupto desse indicador, atingindo 10,2%, o maior valor da série histórica, ultrapassando significativamente tanto a RI Xingu (7,9%) e o estado do Pará (8%) (Gráfico 3).

A partir de 2022, Medicilândia experimentou uma redução expressiva na prevalência de baixo peso ao nas-

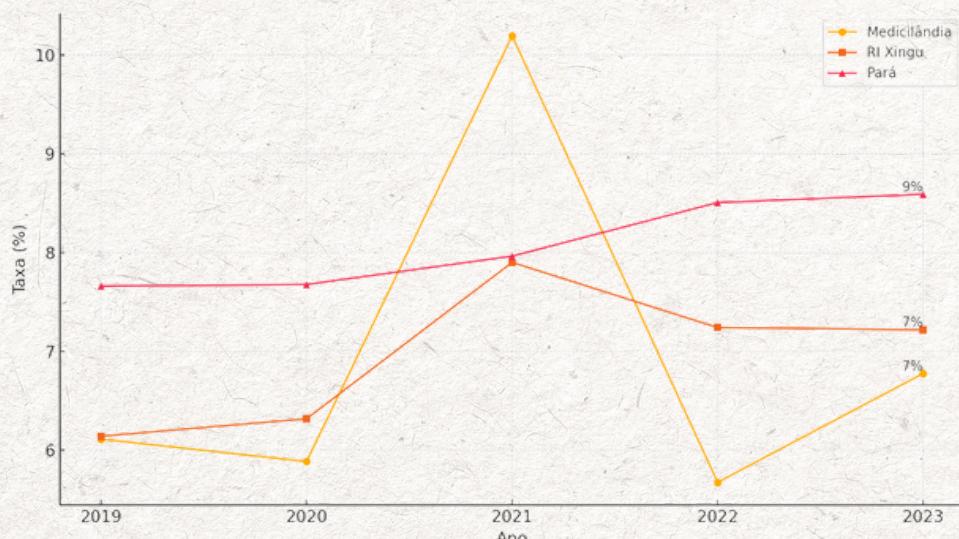
cer, caindo para 5,6%, abaixo dos níveis regionais e estaduais. Isso pode indicar uma possível correção de anomalias ocorridas em 2021, seja por fatores estruturais (como ampliação do acesso a serviços pré-natais e nutricionais) ou por variações pontuais de registros e amostragens. Ainda assim, o dado ressalta a vulnerabilidade do município a flutuações intensas nesse tipo de indicador de saúde infantil (Gráfico 3).

Em 2023, observa-se nova elevação no município, para 7%, mantendo-se no patamar da RI Xingu, porém ainda abaixo da média estadual, que atingiu 8,6%. O crescimento consistente da taxa no estado

do Pará ao longo dos anos, ao contrário da volatilidade em Medicilândia, sugere maior estabilidade estrutural nas áreas com cobertura mais ampla de políticas públicas, ao passo que o município analisado apresenta oscilações que merecem atenção em relação à qualidade do acompanhamento materno-infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

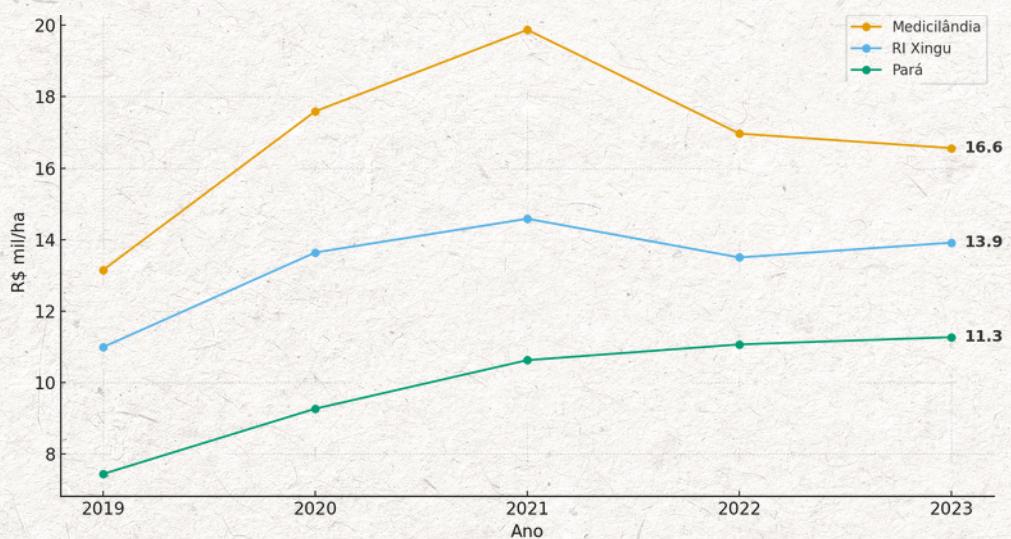
Entre 2019 e 2023, a produtividade agrícola de Medicilândia apresentou trajetória de forte crescimento inicial, seguida de leve retração. Em 2019, o município registrava R\$ 13,1 mil/hectare, subindo expressivamente para R\$ 17,6 mil/ha em 2020 e atingindo o ápice em 2021, com R\$ 20,0 mil/ha, o maior valor da série. A partir de 2022, o indicador recuou para R\$ 17,0 mil/ha e encerrou 2023 em R\$ 16,6 mil/ha. Apesar da redução recente, o patamar final permaneceu superior ao inicial, evidenciando avanços produtivos significativos, sustenta-

dos por aumento da eficiência agrícola e uso ampliado de tecnologias (Gráfico 4).

Na Região de Integração Xingu, o indicador evoluiu de R\$ 11,0 mil/hectare em 2019 para R\$ 13,9 mil/ha em 2023, mantendo desempenho sólido e estável. O estado do Pará também apresentou tendência ascendente, saindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e chegando a R\$ 11,3 mil/ha em 2023. A diferença entre os níveis demonstra o protagonismo produtivo de Medicilândia dentro do contexto regional, com valores consistentemente acima da média estadual e regional.

O comportamento geral indica consolidação de um polo agrícola competitivo, ainda que sujeito a variações conjunturais que influenciam o rendimento por hectare (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

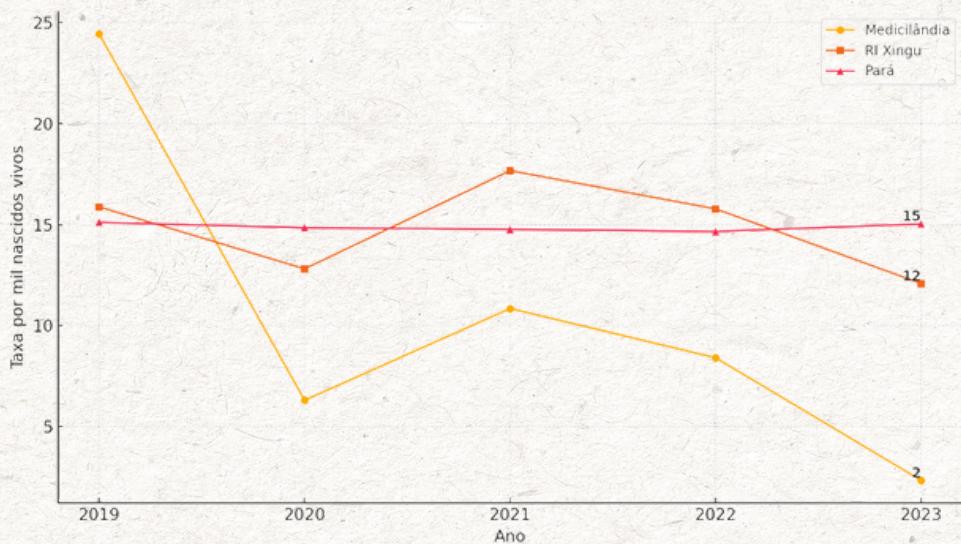
Em 2019, Medicilândia apresentava uma taxa de mortalidade infantil bastante elevada (24,5 óbitos por mil nascidos vivos), muito acima da média da RI Xingu (16) e do estado do Pará (15,5). No ano seguinte, essa taxa caiu drasticamente para 6,3, representando uma melhora expressiva no indicador local, possivelmente decorrente de intervenções pontuais na atenção à saúde materno-infantil. Já a RI Xingu e o estado mantiveram-se em patamares estáveis ou com pequenas quedas (Gráfico 5).

No entanto, em 2021 houve um leve aumento na taxa de Medicilândia (11 óbitos por mil nascidos vivos), embora ainda se mantivesse abaixo dos níveis registrados em 2019. Esse movimento de oscilação é comum em municípios menores, onde variações absolutas pequenas no número de óbitos têm grande impacto proporcional. A RI Xingu apresentou aumento relevante nesse ano (17,7), enquanto o estado permaneceu estável em torno de 14,7, demonstrando certa resiliência em contextos mais amplos (Gráfico 5).





**Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos),
Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Entre 2019 e 2020, Medicilândia apresentou uma leve redução no número de médicos por 10 mil habitantes, caindo de 2,2 para 1,8 profissionais, valor consideravelmente inferior aos registrados na RI Xingu (5,1 para 5,9) e no Pará (8,5 para 8,9). Essa limitação na força de trabalho médica aponta para dificuldades no acesso a serviços de saúde no município, refletindo um cenário de carência estrutural (Gráfico 6).

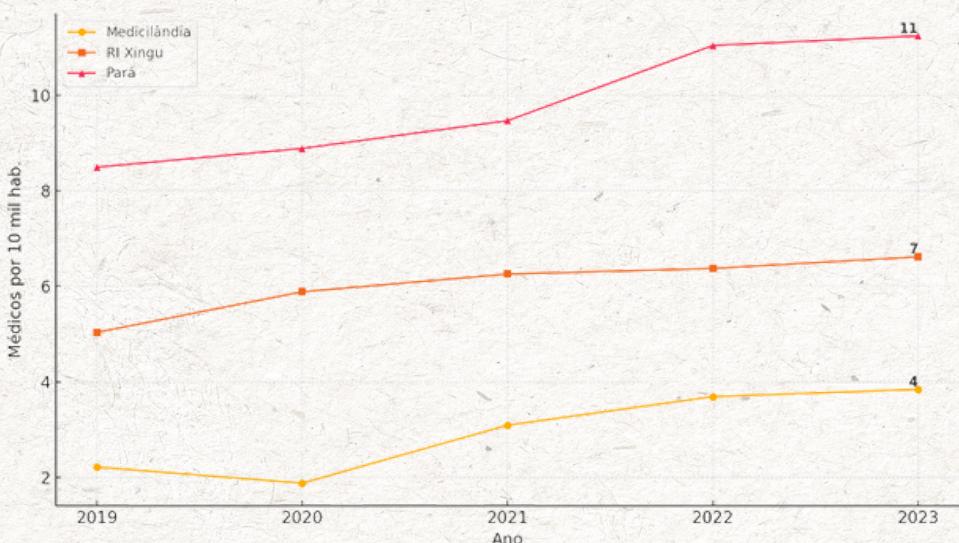
A partir de 2021, verifica-se um avanço

contínuo na presença médica em Medicilândia, com aumento para 3,2 médicos por 10 mil habitantes em 2021, 3,7 em 2022 e 3,9 em 2023. Apesar da evolução positiva, os valores ainda são bastante inferiores à média do estado do Pará (que alcançou 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023) e da própria RI Xingu (7 médicos no mesmo ano), o que revela uma disparidade na distribuição regional de profissionais de saúde (Gráfico 6).



Essa ampliação da cobertura médica em Medicilândia, embora insuficiente para igualar-se a níveis superiores, pode ter contribuído para os resultados positivos observados na redução da mortalidade infantil. O crescimento do número de médicos é um fator essencial para a melhoria da atenção primária e da saúde materno-infantil, sendo, portanto, um indicativo de fortalecimento institucional local, ainda que persistam desafios quanto à equidade e à fixação desses profissionais no município (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

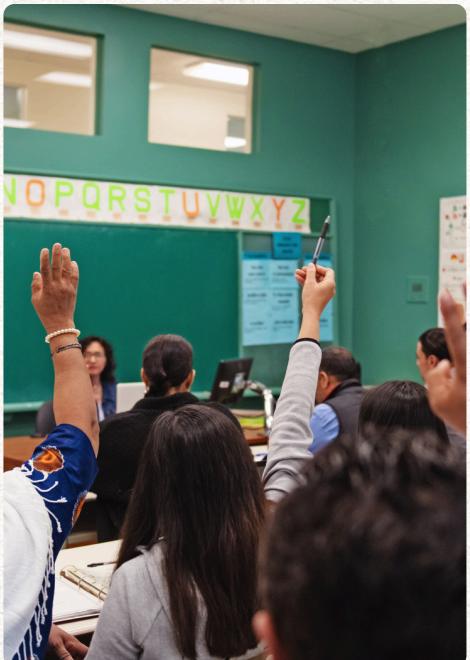
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o número de vagas no ensino público por mil habitantes em Medicilândia apresentou um crescimento moderado, passando de 201 para 208 vagas. A RI Xingu manteve-se em patamares elevados e estáveis, com números próximos a 270 vagas, enquanto o estado do Pará registrou leve queda nesse mesmo período, saindo de 211 para 208 vagas. Esse contexto indica que, apesar de avanços locais, Medicilândia ainda mantinha níveis inferiores de oferta proporcional de vagas educacionais em comparação à sua região de integração (Gráfico 7).

Em 2022, Medicilândia teve um salto expressivo nesse indicador, atingindo 242 vagas por mil habitantes, aproximando-se mais da realidade da RI

Xingu e superando com folga a média estadual (219). Esse aumento pode refletir ações de ampliação da rede pública de ensino no município, como construção de novas unidades escolares, expansão da matrícula ou políticas de universalização do acesso à educação básica. A RI Xingu e o Pará também registraram avanços nesse ano, porém em menor proporção (Gráfico 7).

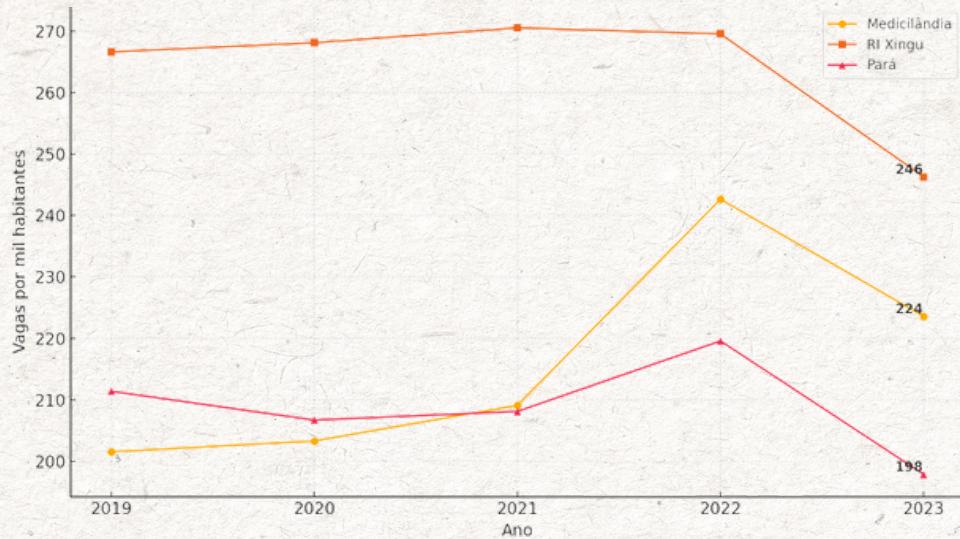
No entanto, em 2023, houve uma queda generalizada no número de vagas em todos os níveis analisados. Medicilândia reduziu seu indicador para 224 vagas por mil habitantes, mantendo-se ainda acima da média do estado do Pará (198), mas abaixo da RI Xingu (246). A retração pode estar ligada a ajustes orça-



mentários, redução de turmas, fechamento de escolas ou diminuição da população escolar. Mesmo assim, a posição de Medicilândia em relação ao estado permanece favorável, demonstrando certa resiliência na capacidade de oferta educacional. (Gráfico 7).



**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes,
Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 224 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

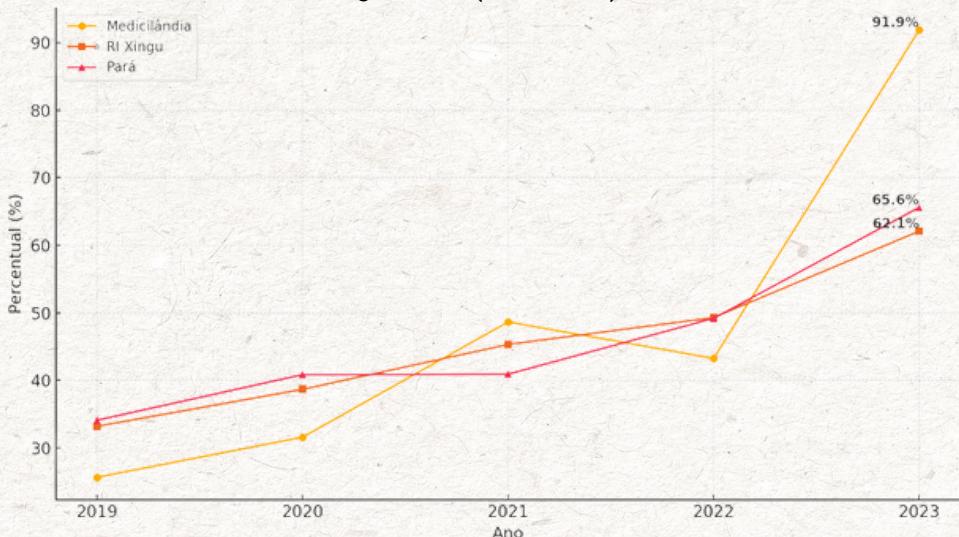
Em 2019, apenas 25,7% das escolas de Medicilândia tinham acesso à internet. O percentual aumentou de forma consistente até 2021, quando chegou a 48,6%, seguido de leve recuo em 2022 para 43,1. Em 2023, observou-se um salto expressivo, atingindo 91,9%. Na RI Xingu, a evolução foi mais linear, iniciando com 33,7% em 2019 e crescendo até alcançar 65,6% em 2023. Já no estado do Pará, o percentual passou de 34,2% para 62,1% no mesmo período, também com crescimento progressivo (Gráfico 8).

A partir de 2021, Medicilândia superou a

média estadual e regional, consolidando-se como destaque em 2023. O avanço significativo de 48,8 pontos percentuais entre 2022 e 2023 demonstra um salto tecnológico nas escolas do município. A RI Xingu e o estado do Pará também avançaram, mas de forma mais gradual. Em 2023, a diferença entre Medicilândia e o Pará foi de quase 30 pontos percentuais. A tendência indica que o município priorizou fortemente a conectividade escolar, o que pode ter impactos positivos na qualidade do ensino (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

Entre 2019 e 2021, os registros de violência contra a mulher por parceiros em Medicilândia mantiveram-se extremamente baixos, oscilando entre 2 e 0 casos por 100 mil habitantes, contrastando fortemente com os dados da RI Xingu e do estado do Pará. A RI Xingu apresentava, já em 2019, um índice elevado (50,5), e o Pará, embora mais baixo (12,7), registrou aumento significativo em 2020 (28,1), sinalizando um agravamento da violência doméstica no contexto da pandemia (Gráfico 9).

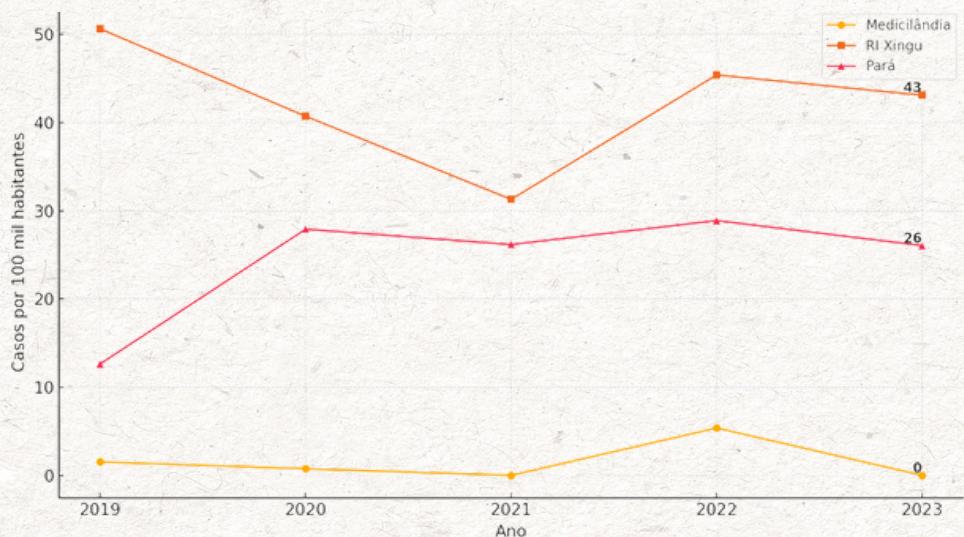


Em 2022, Medicilândia apresentou um pico isolado, com 5,3 casos por 100 mil habitantes, que voltou a cair para 0 no ano seguinte. Embora esse dado sugira uma melhora expressiva, é necessário considerar que municípios de menor porte, como Medicilândia, podem ter subnotificações relevantes ou variações bruscas devido ao pequeno número absoluto de ocorrências. Enquanto isso, a RI Xingu e o Pará mantiveram taxas elevadas e relativamente constantes nos últimos anos, com 43 e 26 casos por 100 mil habitantes em 2023, respectivamente (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

O contraste entre os dados municipais e os níveis regionais e estaduais levanta hipóteses importantes. Por um lado, é possível que haja uma real incidência menor de casos em Medicilândia, mas é mais provável que os baixos números estejam associados a subnotificações, dificuldades de acesso a canais de denúncia, ou ausência de serviços de apoio às vítimas. A manutenção de índices elevados na RI e no estado reforça a gravidade do problema e a necessidade de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

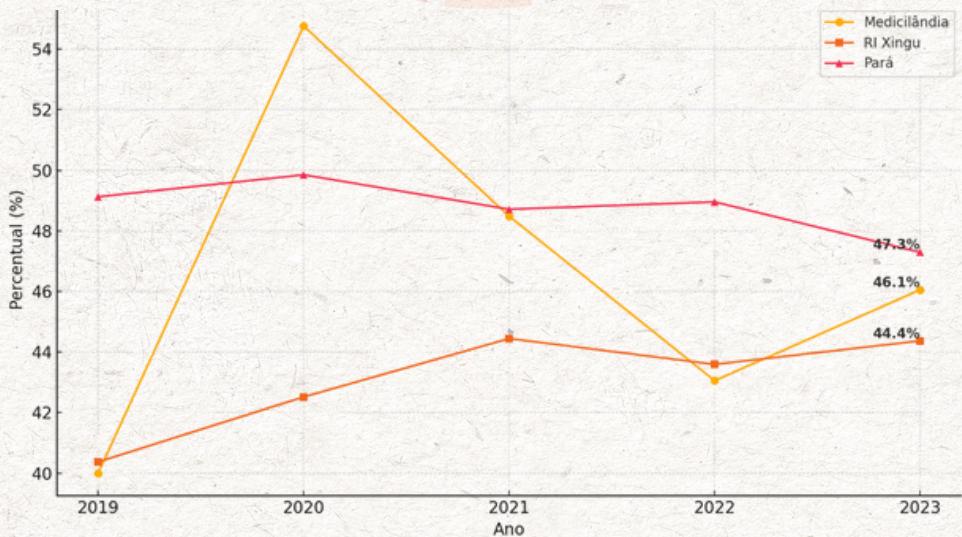
Medicilândia apresentou forte oscilação no percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres entre 2019 e 2023. O valor era de 40,0% em 2019 e saltou para 54,8% em 2020, o maior entre os três recortes. Em 2021, caiu para 48,5% e chegou ao menor valor em 2022, com 43,1%. No ano seguinte, recuperou-se parcialmente, alcançando 46,1%. A Região de Integração do Xingu apresentou crescimento gradual entre 2019 e 2021, variando de 40,5% a 44,5%. Em 2022, houve ligeira queda para 43,5% e, em 2023, o valor foi de 44,4% (Gráfico 10).





Já o estado do Pará manteve percentuais mais elevados ao longo do período. Em 2019, o indicador era de 49,0%, crescendo até 49,9% em 2020. A partir de 2021, houve discreta queda, mantendo-se em patamar acima de 47%. Em 2023, o valor foi de 47,3%, superior aos observados em Medicilândia e na RI Xingu. O cenário revela que o estado apresenta maior estabilidade e proporção de mulheres em cargos gerenciais. Medicilândia, apesar de ter alcançado destaque em 2020, ainda demonstra oscilações expressivas e tendência de queda recente. A RI Xingu, por sua vez, evolui de forma moderada, com estabilidade maior que o município, mas sem alcançar o desempenho estadual (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Entre 2019 e 2021, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Medicilândia manteve-se extremamente baixo, variando de 0,4% para apenas 0,6%. Essa estagnação contrasta com os avanços observados na Região de Integração Xingu, que passou de 5,3% para 7,4%, e no estado do Pará, que evoluiu de 7% para 8,6% no mesmo período. Esses dados sugerem uma grande defasagem do município em relação ao acesso a esse serviço básico, sobretudo para a população em situação de vulnerabilidade (Gráfico 11).

A partir de 2022, há um leve avanço em Medicilândia, com o indicador saltando para 1,5% e estabilizando-se em 1,7% em 2023. Apesar desse pequeno progresso, o município continua muito distante das médias regional e estadual, que atingiram em 2023 os percentuais de 11,9% e 11,5%, respectivamente. A aceleração da expansão da coleta de esgoto para famílias de baixa renda nos demais territórios reforça o contraste com o desempenho lento de Medicilândia.

(Gráfico 11).

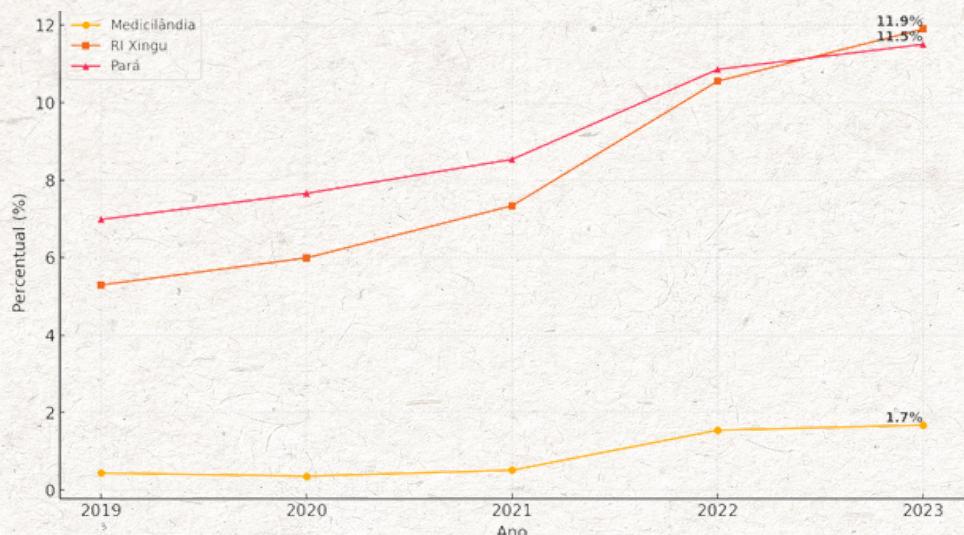
Essa persistente exclusão sanitária revela uma fragilidade na infraestrutura urbana e na política de saneamento voltada às populações mais pobres do município. O baixo percentual de cobertura compromete diretamente indicadores de saúde pública e dignidade, sendo necessário um esforço coordenado para ampliar o acesso ao serviço de forma equitativa. A defasagem estrutural ainda presente em Medicilândia reforça a urgência de investi-



mentos específicos nesse segmento (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal per capita com saneamento básico em Medicilândia foi praticamente nulo em 2019 e 2020, o que ajuda a explicar os baixos indicadores de cobertura observados no município. Somente em 2021 houve uma elevação significativa, alcançando R\$ 12 por habitante, o que representou um esforço pontual para ampliar a infraestrutura de saneamento. Ainda assim, esse valor permaneceu inferior ao da RI Xingu (R\$ 20) e muito abaixo da média estadual (Gráfico 12).

Em 2022, Medicilândia aumentou temporariamente seus investimentos, atingindo R\$ 10 per capita, mas voltou a zerar o gasto em 2023. Esse padrão de instabilidade nos investimentos compromete a susten-

tabilidade de qualquer política pública na área, contrastando com o comportamento da RI Xingu e do estado do Pará, que apresentaram maiores consistência e volume de gastos. Em 2023, o estado investiu R\$ 137 por habitante, enquanto a RI Xingu alcançou R\$ 49, ambos valores muito superiores ao de Medicilândia (Gráfico 12).

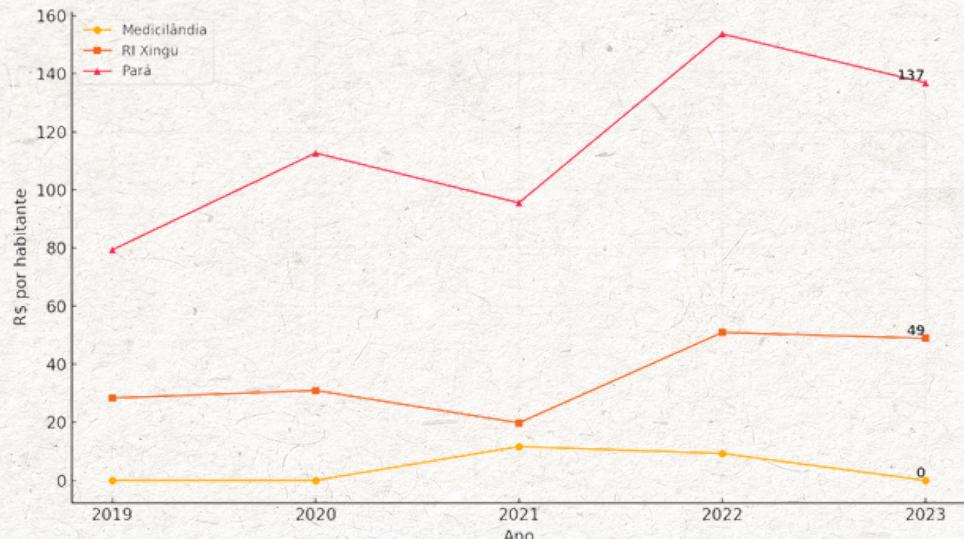
A ausência de alocação orçamentária em 2023 pode ser reflexo de cortes, mudanças de prioridades ou descontinuidade de programas, o que dificulta a expansão do saneamento no município. Isso explica, em parte, o estagnado acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda. A falta de investimentos consistentes evidencia a necessidade urgente de plane-

jamento e execução de políticas públicas mais robustas e contínuas na área de saneamento básico em Medicilândia (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



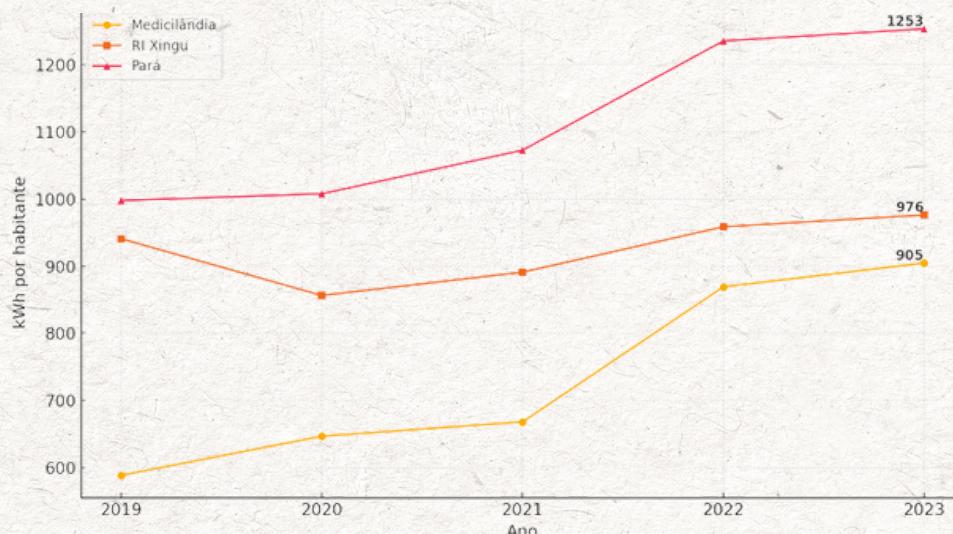
Entre 2019 e 2021, o consumo de energia elétrica per capita em Medicilândia apresentou crescimento moderado, subindo de 583 kWh/hab. em 2019 para 665 kWh/hab. em 2021. Esse avanço, embora positivo, manteve o município ainda abaixo da média da RI Xingu (que oscilou de 938 para 892 kWh/hab.) e do estado do Pará (de 997 para 1073 kWh/hab.), indicando um processo mais lento de expansão do consumo energético no município, possivelmente atrelado ao ritmo de urbanização e industrialização local (Gráfico 13).



A partir de 2022, Medicilândia apresentou um salto expressivo, atingindo 871 kWh/hab., seguido de novo avanço em 2023, quando o consumo chegou a 905 kWh/hab. Esse crescimento acelerado se aproxima cada vez mais da média da RI Xingu (976 kWh/hab.), embora ainda esteja significativamente abaixo do valor estadual, que alcançou 1253 kWh/hab. em 2023. A intensificação do consumo pode estar ligada ao aumento do acesso domiciliar à energia, à expansão do setor produtivo ou a melhorias na infraestrutura elétrica local (Gráfico 13).

Essa evolução indica um progresso significativo rumo à universalização do acesso à energia, mas também impõe desafios relacionados à sustentabilidade do fornecimento e à capacidade das redes locais. Embora o município ainda esteja abaixo da média estadual, sua curva de crescimento é acentuada, o que pode sinalizar transformações socioeconômicas em curso. A consolidação desse processo depende, contudo, de investimentos contínuos em infraestrutura energética e políticas públicas que favoreçam o consumo eficiente e acessível (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 905 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em 2019, Medicilândia já apresentava um dos menores percentuais de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil entre os três níveis analisados, com 2,3%, contra 7,6% na RI Xingu e 5,7% no Pará. Esse indicador seguiu trajetória de queda contínua ao longo dos anos, reduzindo-se para 1,4% em 2023. Essa melhora consistente demonstra uma substituição progressiva de fontes rudimentares de iluminação por sistemas mais modernos e seguros, possivelmente impulsionada pela expansão do acesso à rede elétrica (Gráfico 14).



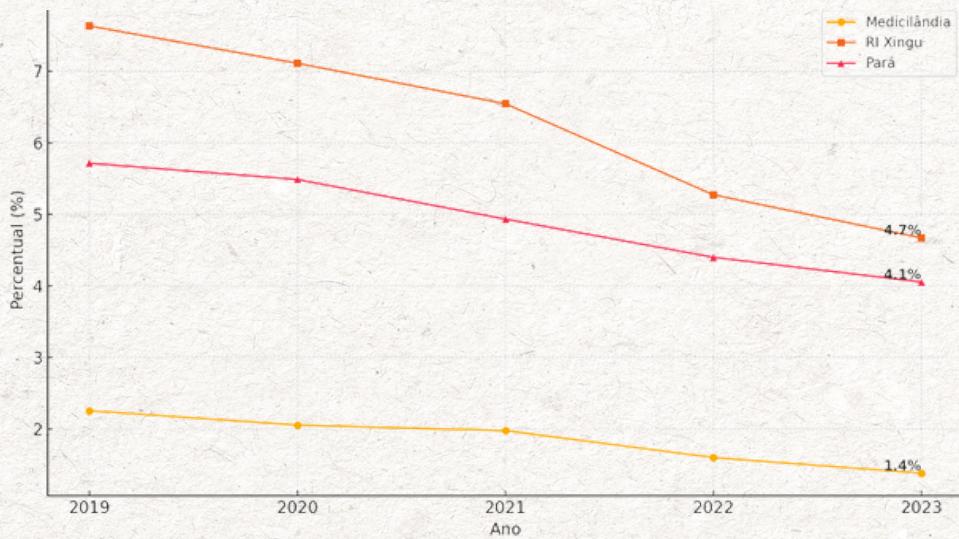
A RI Xingu e o estado do Pará também apresentaram queda no percentual de domicílios com iluminação fóssil no período analisado. A RI passou de 7,6% para 4,7%, e o Pará de 5,7% para 4,1%. Ainda que o ritmo de redução tenha sido semelhante, Medicilândia já partia de um patamar mais baixo e manteve-se como o território com melhor desempenho nesse indicador, revelando um cenário relativamente mais positivo de acesso à energia mesmo entre os segmentos mais vulneráveis da população (Gráfico 14).

Essa tendência de queda nos

três níveis territoriais é um sinal claro do avanço da eletrificação nas áreas de baixa renda, contribuindo para a melhoria das condições de vida e redução das desigualdades energéticas. No caso de Medicilândia, os baixos níveis de uso de iluminação fóssil, aliados ao crescimento do consumo elétrico per capita, refletem uma transformação positiva na infraestrutura domiciliar, embora ainda haja espaço para alcançar padrões médios estaduais mais elevados em termos de consumo e qualidade do serviço (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

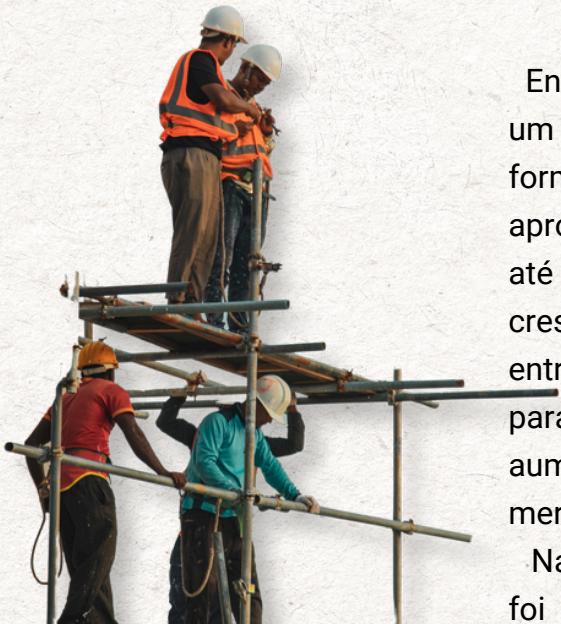


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2023, o município de Medicilândia apresentou um crescimento expressivo no número de empregos formais por mil habitantes. Em 2019, o índice era de aproximadamente 40, mantendo-se praticamente estável até 2020. A partir de 2021, iniciou-se uma trajetória de crescimento mais acentuada, com destaque para o salto entre 2022 e 2023, quando o indicador subiu de cerca de 53 para 72 empregos formais por mil habitantes – um aumento significativo que aponta uma intensificação no mercado de trabalho formal local (Gráfico 15).

Na Região de Integração (RI) do Xingu, o comportamento foi mais moderado, com oscilações leves. O índice caiu levemente entre 2019 e 2020, passando de 77 para 74, mas

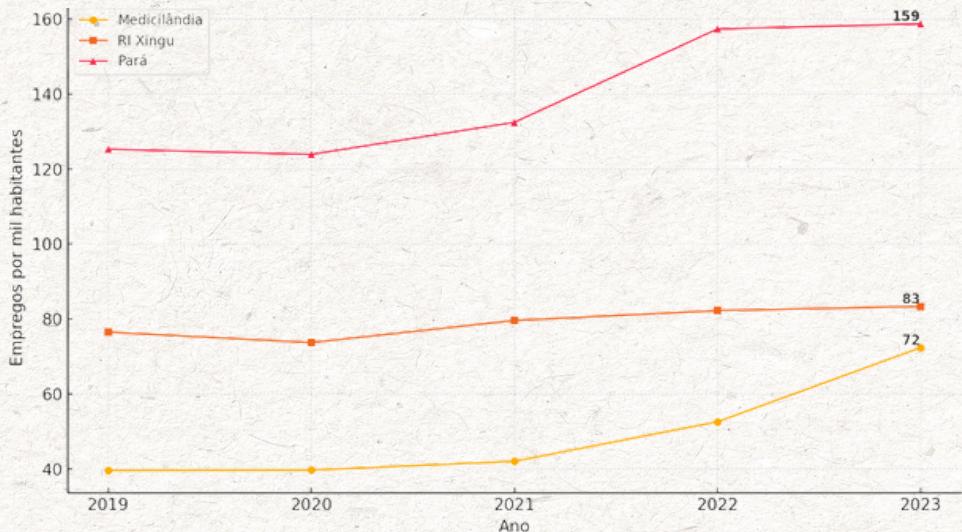
Empregos Formais por Mil Habitantes

voltou a crescer nos anos seguintes, atingindo 83 empregos por mil habitantes em 2023. Esse crescimento, embora constante, não foi tão expressivo quanto o de Medicilândia, o que indica uma melhoria regional, porém em ritmo mais lento e linear (Gráfico 15).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou os maiores valores ao longo do período, com uma trajetória de alta bem definida. Em 2019, o estado registrava 126 empregos formais por mil habitantes, mantendo-se quase estável em 2020. A partir de 2021, observou-se uma aceleração no



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Entre 2018 e 2022, o indicador de PIB per capita de Medicilândia apresentou crescimento expressivo, partindo de cerca de R\$ 19.700 em 2018 para R\$ 40.400 em 2022. Esse avanço representa mais do que o dobro em cinco anos, com aceleração mais acentuada a partir de 2020, possivelmente impulsionada por investimentos locais, crescimento de atividades produtivas ou aumento da formalização econômica. Comparativamente, o município superou tanto a média da Região de Integração (RI) do Xingu quanto a do estado do

PIB per capita



Pará, sobretudo a partir de 2021, demonstrando um desempenho econômico destacado no contexto regional (Gráfico 16).

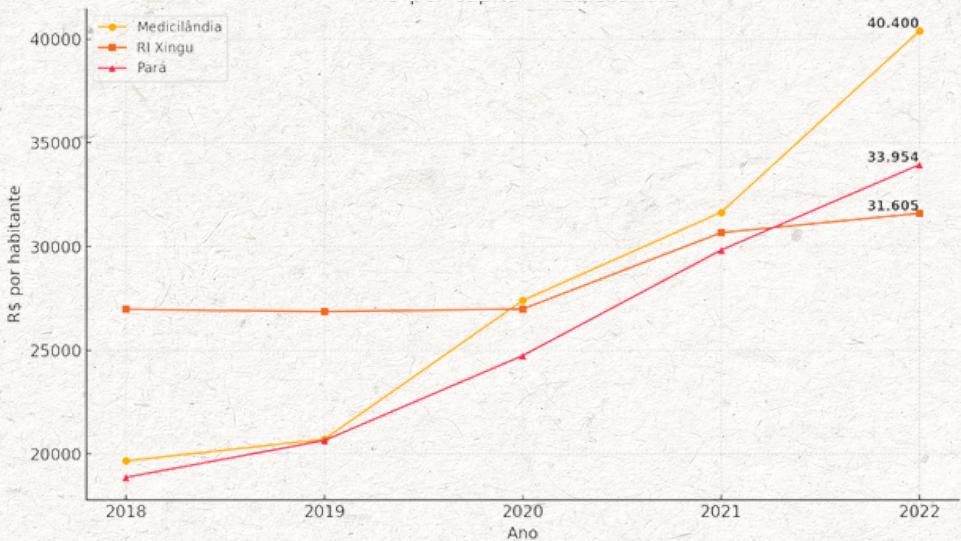
A RI Xingu manteve um comportamento praticamente estável entre 2018 e 2020, com um

PIB per capita na faixa dos R\$ 27 mil, apresentando crescimento mais consistente a partir de 2021, chegando a R\$ 31.605 em 2022. Ainda que tenha havido melhora, o ritmo de crescimento foi inferior ao de Medicilândia e do estado do Pará, indicando certa estagnação econômica relativa no início do período. Esse desempenho pode estar ligado à concentração de atividades econômicas em municípios específicos ou à menor diversificação produtiva na região (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2018-2022)

O estado do Pará também teve um avanço significativo no período, saindo de R\$ 18.700 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. O crescimento foi contínuo e ganhou fôlego a partir de 2020, o que pode estar relacionado ao aumento da produção mineral, à expansão do agronegócio e à retomada econômica após os impactos iniciais da pandemia. Apesar de começar abaixo da média da RI Xingu, o estado a ultrapassou em 2022, consolidando um cenário de crescimento acima da média regional (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 40.400/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



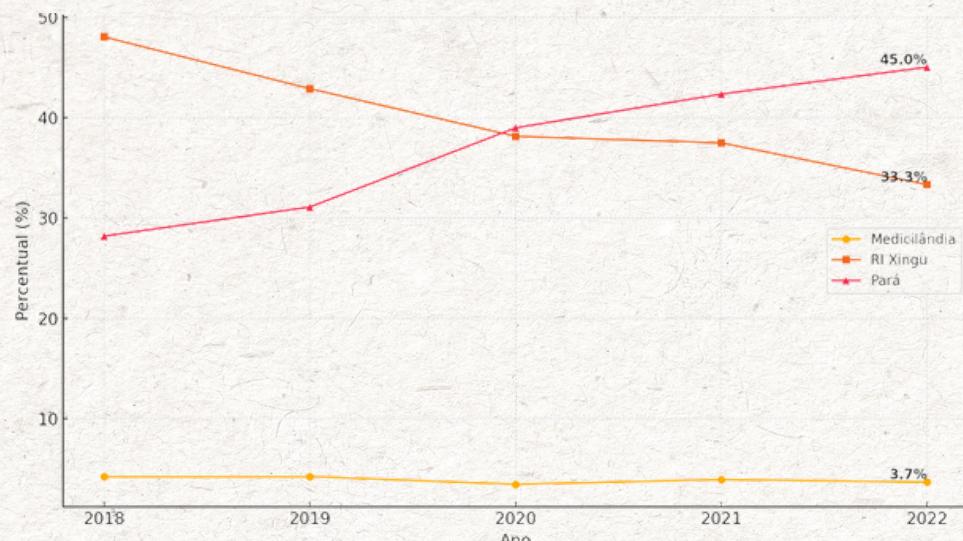
Quanto ao valor adicionado da indústria (% do PIB), Medicilândia apresentou um comportamento bastante estável e com valores baixos ao longo do período analisado, variando entre 3,3% e 4,0%. Em 2022, o percentual ficou em 3,7%, indicando que o setor industrial tem participação reduzida na economia local. Esse dado revela uma dependência de outras atividades econômicas, como agropecuária ou serviços, e sugere uma baixa industrialização do município, apesar do forte crescimento do PIB per capita no mesmo período (Gráfico 17).

Na RI Xingu, observa-se uma tendência de queda contínua da participação da indústria no PIB. Em 2018, o valor era de 48%, reduzindo-se gradualmente até atingir 33,3% em 2022. Essa retração pode refletir a desindustrialização regional, mudanças na estrutura produtiva ou até o crescimento de outros setores que passaram a representar maior peso no PIB. Mesmo com essa redução, a participação industrial na RI ainda se mantém consideravelmente acima da média de Medicilândia, indicando uma maior presença de indústrias em outros municípios da região (Gráfico 17).

Em contrapartida, o estado do Pará teve uma trajetória oposta, com crescimento constante da participação industrial no PIB. Em 2018, esse valor era de 28,3%, subindo de forma progressiva até alcançar 45% em 2022. Esse aumento sugere fortalecimento da atividade industrial no estado, possivelmente relacionado à mineração, transformação e construção civil. Essa evolução destaca o papel do setor industrial na composição do PIB parense e contrasta com a estagnação ou retração observada em níveis mais localizados, como em Medicilândia e na RI Xingu (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Medicilândia apresentou um crescimento tímido, porém constante, no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. Em 2019 e 2020, o indicador permaneceu estável em torno de 2,4, apresentando leve elevação a partir de 2021. Em 2023, o município alcançou a marca de 3 profissionais por 100 mil habitantes, o que ainda representa



um valor bastante inferior às médias regionais e estaduais, indicando uma limitada presença de profissionais ligados à ciência e pesquisa no território municipal (Gráfico 18).

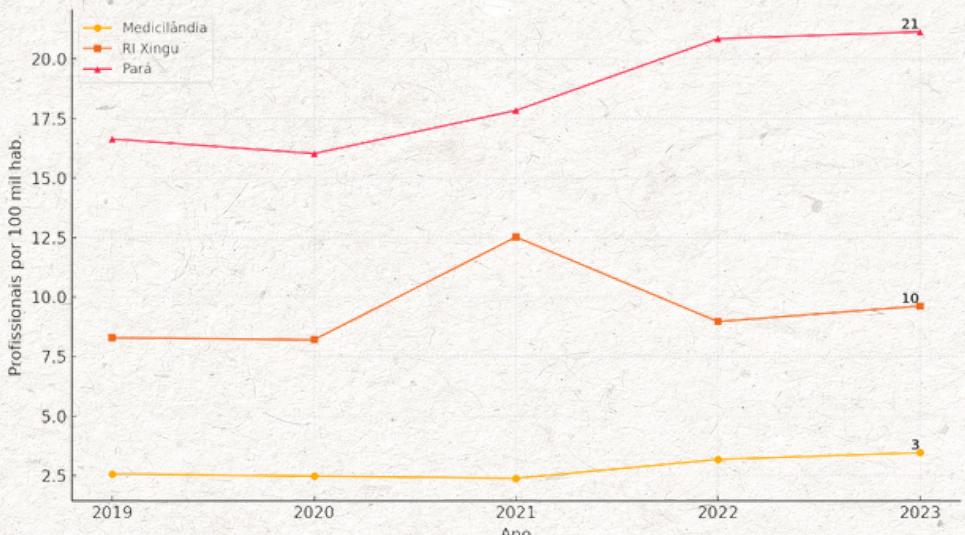
Na Região de Integração do Xingu, observa-se um comportamento mais oscilante ao longo do período. O indicador começou em 8 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, manteve esse patamar em 2020, mas teve um pico significativo em 2021, quando chegou a 12,5. Esse aumento pode refletir políticas pontuais de fomento à ciência ou entrada de novos profissionais na região. Contudo, nos anos seguintes, houve uma retração para 9 em 2022 e leve recuperação para 10 em 2023, sugerindo certa instabilidade na manutenção desses profissionais no território regional (Gráfico 18).





No estado do Pará, o indicador apresentou crescimento consistente durante o período analisado. Em 2019, havia cerca de 16,7 profissionais da ciência por 100 mil habitantes, com uma ligeira queda em 2020. A partir de 2021, houve uma trajetória de alta contínua, atingindo 21 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Esse crescimento evidencia esforços mais consolidados em âmbito estadual para fomentar a ciência, tecnologia e inovação, demonstrando maior capacidade de atração e retenção desses profissionais em relação às esferas municipal e regional (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao ODS 10: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

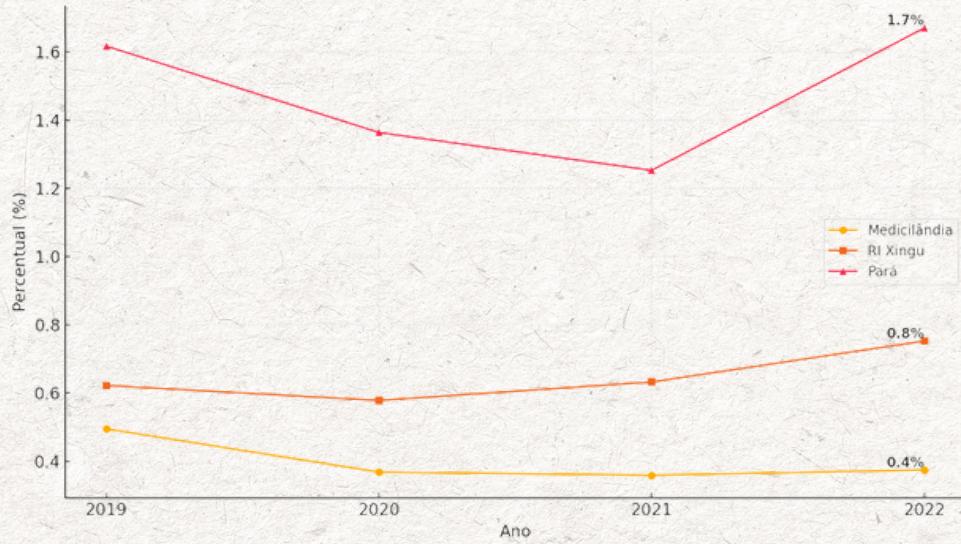
Entre 2019 e 2022, o município de Medicilândia apresentou uma leve oscilação negativa no indicador de Massa Salarial dos Vínculos Formais como percentual do PIB. Em 2019, o valor era de aproximadamente 0,5%, mas caiu para 0,37% em 2020, mantendo-se praticamente estável em 2021 e encerrando 2022 em 0,4%. Isso indica que, apesar de algum crescimento econômico observado no município, a proporção da renda proveniente do trabalho formal não acompanhou esse avanço, sugerindo uma economia com forte presença de informalidade ou baixa remuneração média dos vínculos formais (Gráfico 19).

Na Região de Integração do

Xingu, o indicador começou em 0,63% em 2019, caiu levemente em 2020, mas apresentou crescimento progressivo nos anos seguintes, chegando a 0,8% em 2022. Essa trajetória sugere uma valorização gradativa da massa salarial na região, possivelmente decorrente da geração de empregos formais em setores com salários mais robustos ou da ampliação da formalização do mercado de trabalho regional. Apesar da recuperação, os valores ainda indicam uma participação modesta dos salários formais no PIB, o que pode estar relacionado a uma estrutura econômica concentrada em atividades de capital intensivo, com menor demanda por mão de obra formal (Gráfico 19).

Em nível estadual, o Pará apresentou uma trajetória de queda inicial, partindo de 1,62% em 2019 e recuando até 1,26% em 2021. No entanto, houve uma recuperação significativa em 2022, quando o indicador voltou a crescer, atingindo 1,7%. Esse movimento pode refletir a retomada econômica após a pandemia, com impacto positivo sobre o mercado de trabalho formal, especialmente nos setores industriais e de serviços. Ainda assim, o valor mostra que a massa salarial formal representa uma parcela pequena do PIB estadual, o que pode estar associado à predominância de setores econômicos com baixa intensidade de emprego ou à desigualdade na distribuição da renda gerada (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Entre 2019 e 2023, o indicador de acesso à telefonia móvel em Medicilândia apresentou crescimento expressivo, passando de cerca de 40 linhas por 100 habitantes em 2019 para 62 em 2023. Esse avanço ocorreu de forma gradual, com destaque para o período de 2020 a 2022, quando o município saltou de 41 para 61 linhas, indicando ampliação da cobertura e adesão à telefonia móvel, possivelmente impulsionada por políticas de conectividade ou maior demanda por comunicação remota no contexto da pandemia. A estabilização em 62 linhas em 2023 demonstra que o crescimento tende a se aproximar da saturação em termos de linhas ativas por habitante (Gráfico 20).

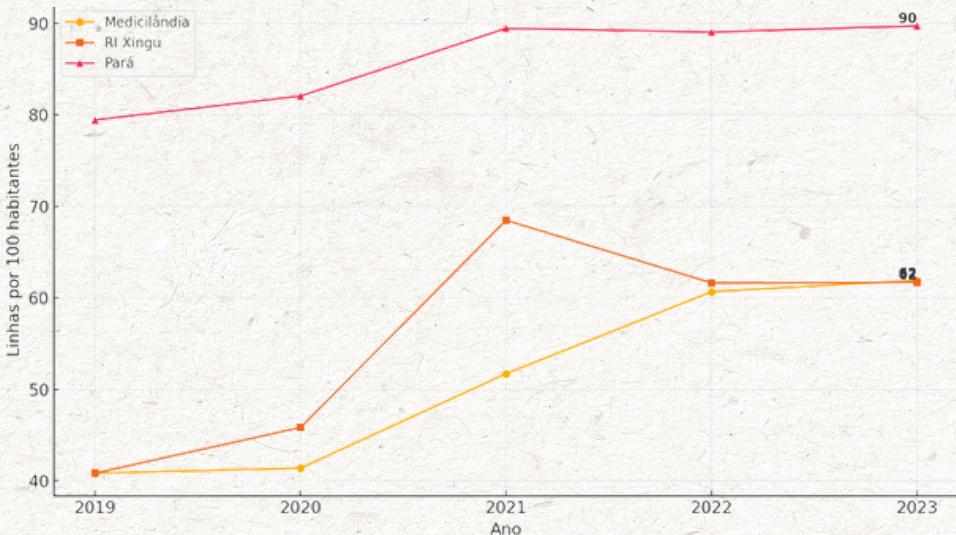
A Região de Integração do Xingu também apresentou evolução relevante no acesso à telefonia móvel, com crescimento de 41 para 68 linhas entre 2019 e 2021. No entanto, o indicador recuou nos anos seguintes, estabilizando-se em 62 linhas por 100 habitantes em 2023 – o mesmo patamar de Medicilândia. Essa trajetória sugere uma rápida expansão nos primeiros anos, seguida de ajuste ou cancelamento de linhas inativas, o que é comum após ciclos de expansão acelerada. Mesmo assim, a RI manteve-se em um patamar superior à média do município até 2022, sinalizando maior cobertura regional nesse serviço. (Gráfico 20).





Já o estado do Pará manteve os maiores índices ao longo do período, partindo de 79 em 2019 e atingindo 90 linhas por 100 habitantes em 2023. O crescimento foi mais contínuo e estável, com pequena oscilação entre 2021 e 2022. Esse desempenho revela uma ampla penetração da telefonia móvel em nível estadual, refletindo uma infraestrutura mais consolidada nas áreas urbanas e maior diversidade de operadoras. O contraste com os dados de Medicilândia evidencia desigualdades territoriais no acesso às tecnologias de comunicação, que ainda persistem em localidades mais interioranas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

No que se refere à despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental, Medicilândia apresentou um crescimento expressivo entre 2019 e 2020, saltando de R\$ 17 para R\$ 46 por habitante, mantendo-se nesse patamar até 2022 com pequenas variações. No entanto, em 2023 houve uma queda abrupta para R\$ 0, indicando ausência de investimento per capita registrado nessas áreas no ano mais recente. Essa descontinuidade pode refletir mudança de prioridades orçamentárias, restrições fiscais ou dificuldades de execução orça-

mentária em políticas culturais e ambientais (Gráfico 21).

A Região de Integração do Xingu apresentou um comportamento mais estável e positivo, com valores consistentemente acima de Medicilândia. A despesa por habitante cresceu de R\$ 56 em 2019 para R\$ 88 em 2023, com oscilações moderadas no período. O destaque vai para o aumento contínuo entre 2021 e 2023, o que pode sinalizar uma valorização crescente das políticas culturais e ambientais no planejamento regional. Esse desempenho reforça a atuação mais robusta da RI em relação ao

município de Medicilândia, com maior alocação e continuidade de recursos nessas áreas (Gráfico 21).

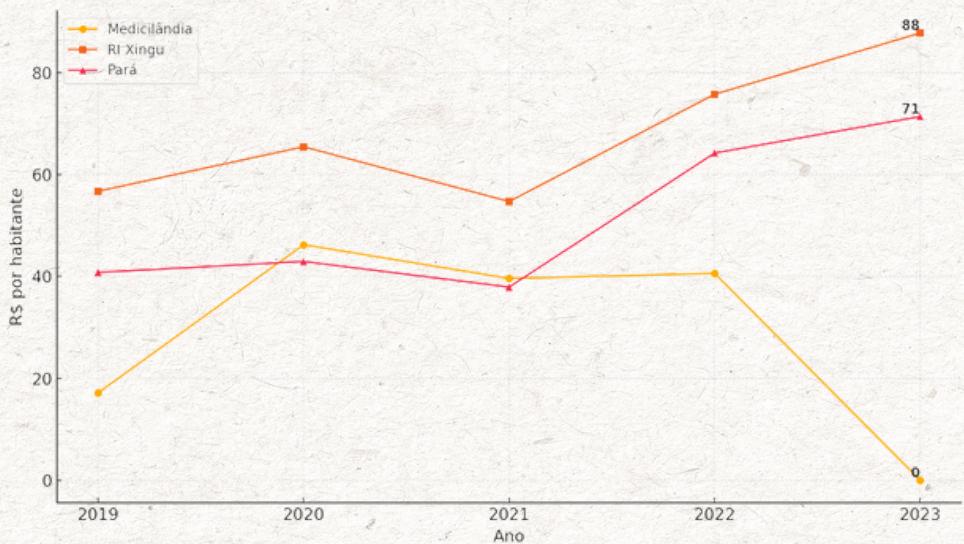
O estado do Pará também apresentou crescimento, com valores saindo de R\$ 41 por habitante em 2019 e chegando a R\$ 71 em 2023. Após uma leve queda em 2021, o indicador se recuperou fortemente em 2022 e manteve tendência de alta no ano seguinte. Esse padrão aponta para uma ampliação do investimento estadual em cultura e meio ambiente, possivelmente como resposta às demandas sociais por sustentabilidade e valori-



zação cultural. A evolução estadual contrasta com a queda drástica de Medicilândia em 2023, evidenciando desequilíbrios nas políticas públicas locais frente aos níveis regional e estadual (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





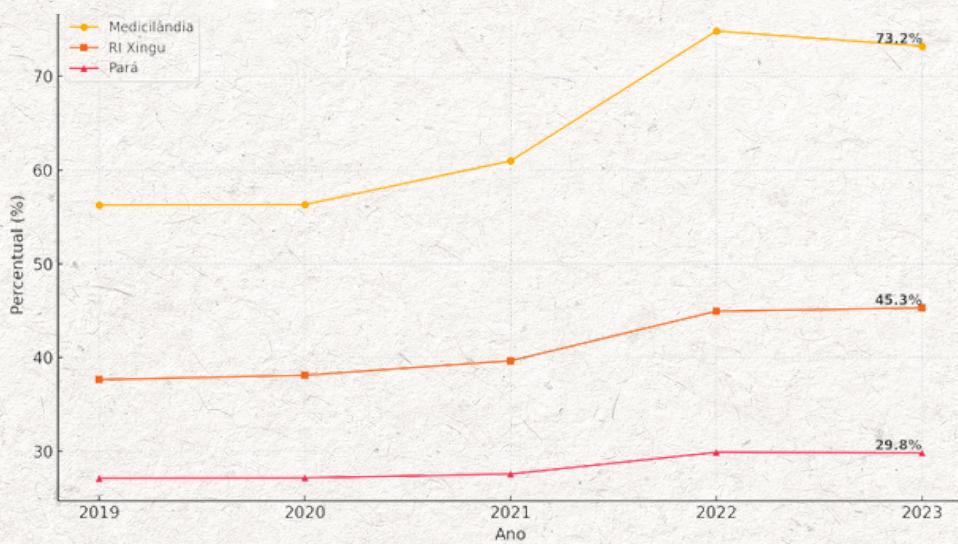
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Medicilândia aumentou consideravelmente. O indicador manteve-se estável em 56,5% nos dois primeiros anos, mas subiu para 61% em 2021, alcançando seu pico em 2022 com 75%, antes de recuar levemente para 73,2% em 2023. Esse crescimento expressivo evidencia uma carência persistente e crescente de serviços de coleta de resíduos sólidos na população mais vulnerável do município, sugerindo um agravamento das condições ambientais e sanitárias locais ao longo do período (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador também cresceu, embora de forma menos acentuada. Em 2019, cerca de 37,5% da população de baixa renda adotava práticas inadequadas de descarte de lixo, e esse valor aumentou progressivamente até 2022, atingindo 45,3% e permanecendo nesse patamar em 2023. Apesar de a tendência de crescimento indicar dificuldades estruturais similares às de Medicilândia, o ritmo mais moderado sugere maior cobertura de serviços ou ações paliativas na escala regional que atenuaram o impacto negativo (Gráfico 22).

Já no estado do Pará, o crescimento foi mais contido, partindo de 27% em 2019 e alcançando 29,8% em 2023. O indicador manteve relativa estabilidade entre 2019 e 2021, com um aumento perceptível apenas a partir de 2022. Essa estabilidade sugere que, apesar da precariedade dos serviços de coleta em áreas de baixa renda, houve algum grau de contenção do problema em âmbito estadual, o que contrasta fortemente com a situação vivenciada em Medicilândia, onde o percentual é mais do que o dobro da média paraense (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



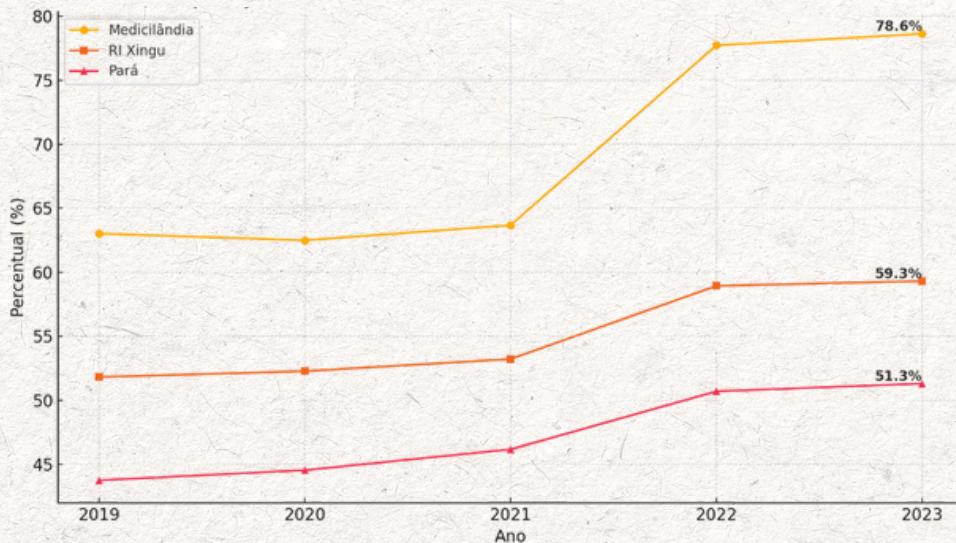
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No indicador referente à população de baixa renda com fossa rudimentar, Medicilândia apresentou um agravamento notável. O percentual era de 63% em 2019 e manteve-se praticamente estável até 2021, quando passou para 64%. A partir de 2022, no entanto, houve um salto significativo para 78%, seguido por uma leve elevação para 78,6% em 2023. Isso revela um retrocesso nas condições de saneamento básico, com a expansão de soluções precárias e possivelmente insalubres, reforçando a vulnerabilidade estrutural dessa parcela da população (Gráfico 23).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador também registrou aumento, embora mais gradual. Em 2019, 52% da população de baixa renda utilizava fossa rudimentar, subindo para 59,3% em 2023. Esse crescimento contínuo, ainda que mais moderado do que o de Medicilândia, aponta para a persistência de condições sanitárias precárias na região, com dificuldades em expandir a infraestrutura de esgotamento sanitário para áreas de baixa renda. A curva ascendente sugere ausência de políticas públicas eficazes e sustentáveis voltadas para essa população específica (Gráfico 23).

Em âmbito estadual, o Pará iniciou o período com 43,6% da população de baixa renda utilizando fossa rudimentar, chegando a 51,3% em 2023. A evolução, embora mais contida, confirma uma tendência de aumento desse tipo de solução precária em todo o estado. O ritmo de crescimento foi menos acentuado em comparação com Medicilândia e RI Xingu, mas ainda assim evidencia falhas na expansão do saneamento adequado. O dado reflete uma problemática persistente no território parense, especialmente nas zonas rurais e periféricas, onde a população de baixa renda tem menor acesso a serviços de infraestrutura urbana (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



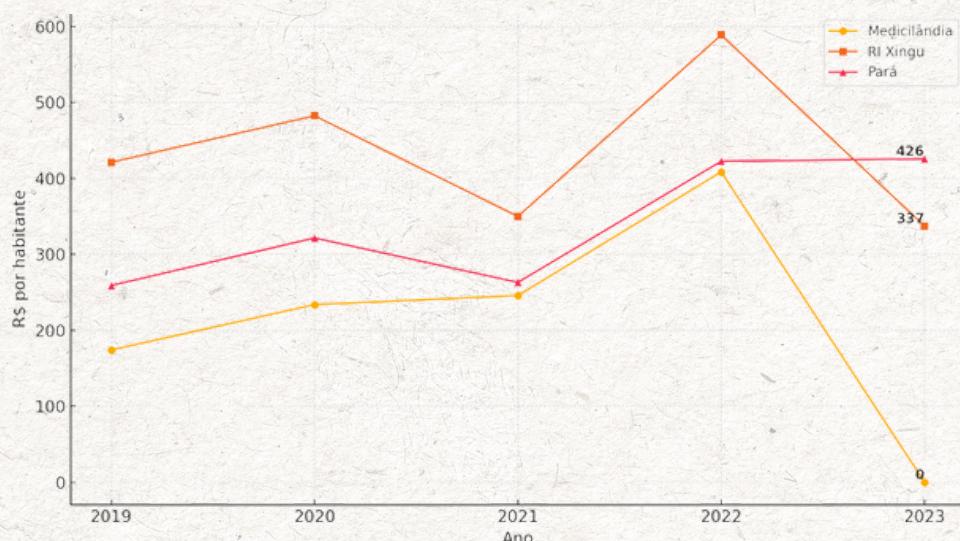
Entre 2019 e 2022, Medicilândia apresentou aumento progressivo nos gastos per capita com prevenção de desastres, passando de R\$ 176 para R\$ 405 por habitante. Esse crescimento indica uma priorização gradual dessa política pública, especialmente em 2022, quando houve um salto expressivo nos investimentos. No entanto, em 2023, o município não registrou gastos nesse indicador, o que representa uma ruptura drástica na continuidade das ações de prevenção e sugere possível desmobilização orçamentária ou institucional da política local de gestão de riscos (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Xingu, os gastos com prevenção de desastres foram mais elevados e instáveis ao longo do período. Em 2019, a RI iniciou com R\$ 424 por habitante, atingiu pico em 2022 com R\$ 589, e recuou para R\$ 337 em 2023. Apesar da redução no último ano, a média regional se manteve superior tanto a Medicilândia quanto ao estado, o que pode indicar maior capacidade de planejamento e execução de políticas de prevenção de desastres, ou resposta a eventos climáticos críticos mais frequentes e severo (Gráfico 24).



O estado do Pará apresentou trajetória de crescimento até 2022, quando os gastos chegaram a R\$ 426 por habitante, mantendo esse patamar em 2023. A estabilidade entre os dois últimos anos revela uma política estadual relativamente consolidada nessa área, em contraste com a oscilação nos níveis municipal e regional. O desempenho do estado destaca o esforço contínuo em estruturar ações preventivas diante de desastres naturais, especialmente em um contexto de crescente vulnerabilidade ambiental na região amazônica (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Quanto à despesa per capita com preservação aquática, Medicilândia manteve investimentos praticamente inexistentes durante todo o período, registrando R\$ 0 de 2019 a 2022 e apenas R\$ 1 por habitante em 2023. Esses números indicam ausência efetiva de políticas públicas voltadas à conservação de rios, lagos e recursos hídricos, o que é especialmente preocupante considerando a relevância ecológica e social dos sistemas aquáticos para o município e região amazônica como um todo (Gráfico 25).

Na RI Xingu, os valores foram crescentes até 2021, passando de R\$ 64 para R\$ 90, o que de-



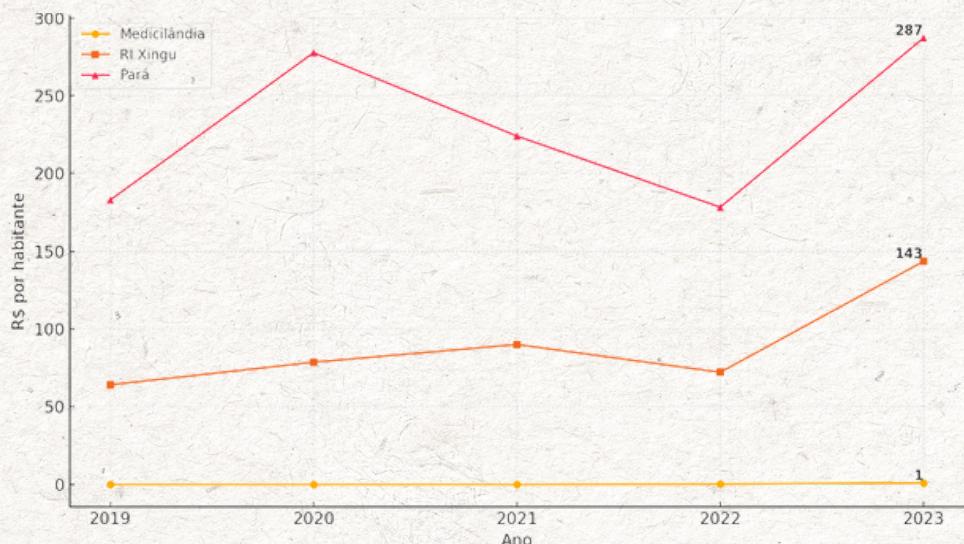
monstra certa atenção regional ao tema. Contudo, em 2022 houve retração para R\$ 72, seguida por uma forte recuperação em 2023, quando o indicador chegou a R\$ 143 por habitante. Esse comportamento revela que, apesar das oscilações, a preservação aquática tem recebido atenção crescente na escala regional, provavelmente impulsionada por demandas ambientais e sociais específicas da bacia do Xingu (Gráfico 25).

O estado do Pará registrou os maiores valores entre os três níveis, com destaque para os picos de R\$ 276 em 2020 e R\$ 287 em 2023. Apesar da queda em 2021 e 2022, a retomada forte no último ano sugere um esforço mais amplo de valorização das políticas de preservação hídrica no estado. Essa constância, mesmo com variações, reforça a importância da conservação dos recursos aquáticos no plane-



jamento ambiental estadual, sobretudo diante da crescente pressão sobre os ecossistemas fluviais amazônicos (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em relação à área total de Medicilândia apresentou tendência de queda acentuada. Em 2019, cerca de 71,5% do território municipal ainda era coberto por florestas, mas esse percentual caiu continuamente até atingir o mínimo de 53,9% em 2022. No ano seguinte, observou-se nova queda para 52,7%, o que evidencia uma redução significativa da cobertura florestal ao longo do período. Esse dado sugere pressão crescente sobre o território, possivelmente associada à expansão agropecuária, atividades madeireiras e ocupações irregulares (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Xingu, o percentual de área florestal também apresentou declínio até 2022, passando de

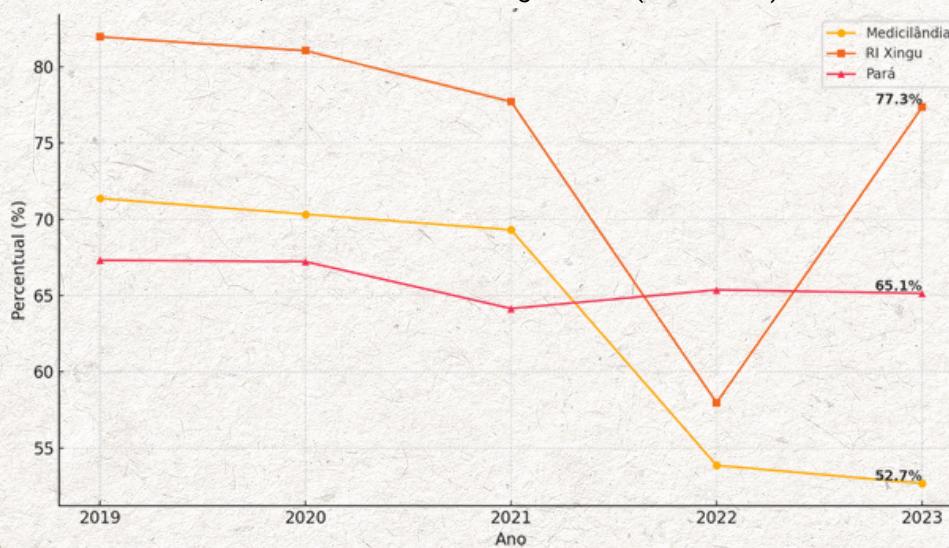
82% em 2019 para 58% nesse ano. No entanto, em 2023 houve uma reversão expressiva, com o indicador subindo para 77,3%. Essa recuperação abrupta pode estar relacionada à atualização de bases cartográficas, ações de recomposição florestal, alterações metodológicas ou mesmo variações sazonais na detecção por imagens de satélite. Ainda

assim, o valor final representa uma tentativa de retorno aos patamares anteriores, embora abaixo dos níveis observados no início do período (Gráfico 26).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi mais estável em comparação aos demais níveis. A área de floresta oscilou levemente entre 67,3% em 2019 e 65,1% em 2023. Essa estabilidade relativa pode estar relacionada à escala estadual, onde as perdas localizadas têm menor peso percentual, além da presença de áreas de proteção ambiental mais extensas. No entanto, a manutenção de níveis estáticos também pode indicar limitações na eficácia das políticas de preservação diante de pressões contínuas de desmatamento (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Quanto ao percentual de área desmatada em relação à área total, Medicilândia apresentou crescimento contínuo e expressivo. Em 2019, 28,4% do território já estava desmatado, valor que subiu gradativamente a cada ano, atingindo 34,3% em 2023. Esse avanço constante reforça o diagnóstico de perda acelerada de cobertura vegetal, sugerindo que o desmatamento no município ocorre de forma estruturada e persistente, com impactos potenciais sobre a biodiversidade, o equilíbrio climático e os modos de vida locais (Gráfico 27).

Na RI do Xingu, o indicador seguiu um padrão distinto, com crescimento moderado de 13,5% em 2019 para 15% em 2021, seguido de um salto brusco para 32,7% em 2022 –

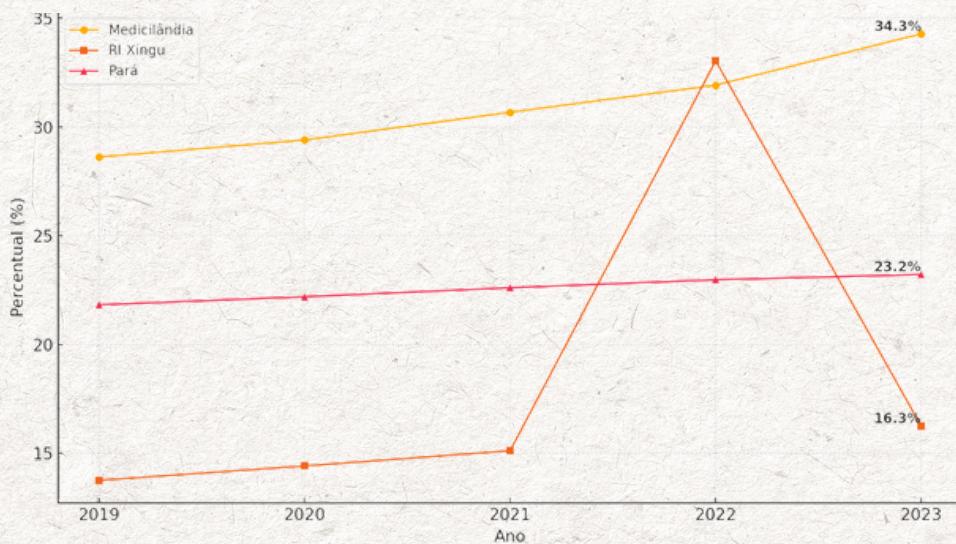
possivelmente resultado de grandes eventos de desmatamento ou mudanças na metodologia de monitoramento. Contudo, em 2023 houve uma queda acentuada para 16,3%, o que pode indicar correção estatística, reversão de desmatamento registrado erroneamente, ou mesmo regeneração de áreas. Essa volatilidade reforça a necessidade de análise mais criteriosa da série histórica e de fatores locais intervenientes (Gráfico 27).

No estado do Pará, o crescimento foi mais contínuo e moderado, passando de 21,6 % de área desmatada em 2019 para 23,2% em 2023. O aumento gradual evidencia que o desmatamento ainda é uma realidade presente em várias regiões do estado, embora em menor ritmo do que nas esca-

las municipal e regional. A tendência positiva indica que os esforços de contenção não foram suficientes para reverter o avanço da degradação ambiental no período, reforçando a necessidade de políticas mais eficazes e integradas de preservação da cobertura florestal (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

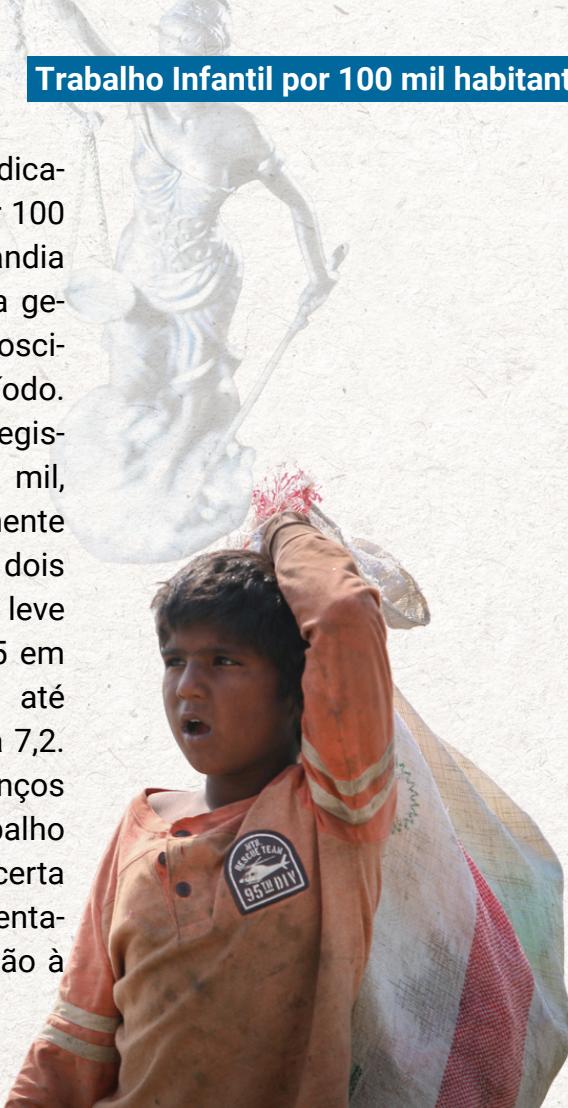
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de trabalho infantil por 100 mil habitantes em Medicilândia apresentou uma tendência geral de queda, apesar de oscilações ao longo do período. Em 2019, o município registrava 22 casos por 100 mil, valor que caiu bruscamente para 9,6 em 2020. Nos dois anos seguintes, houve leve elevação, chegando a 12,5 em 2021 e 11,3 em 2022, até voltar a cair em 2023 para 7,2. Essa trajetória sugere avanços no combate ao trabalho infantil, embora com certa instabilidade na implementação de políticas de proteção à infância (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

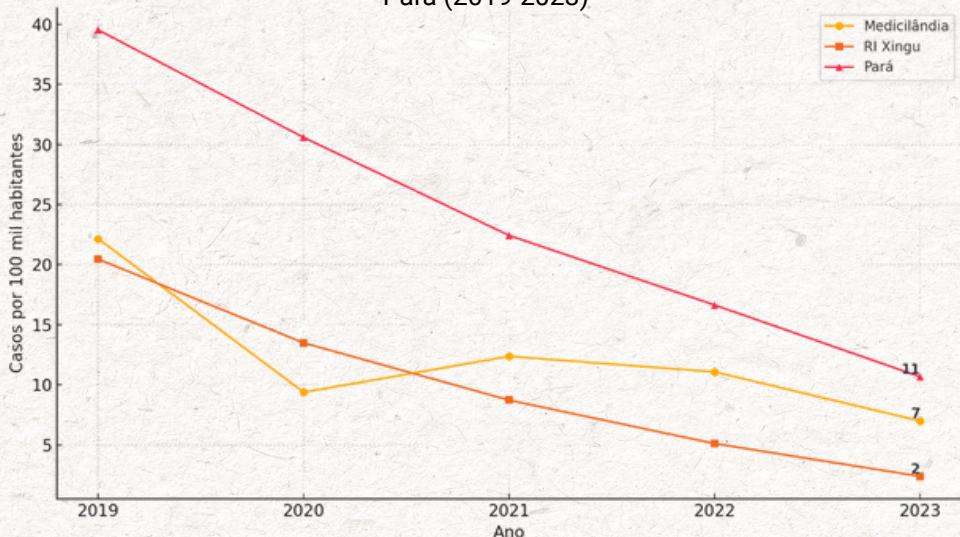
Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi de queda mais consistente. Em 2019, a taxa era de 20,6 por 100 mil habitantes, diminuindo gradualmente até atingir 2,3 em 2023. A redução contínua demonstra um esforço regional mais firme e sustentado para combater o trabalho infantil, possivelmente associado a políticas públicas mais estruturadas, fiscalização mais eficiente ou programas sociais com maior capilaridade territorial (Gráfico 28).





Em escala estadual, o Pará também apresentou uma tendência clara de redução do trabalho infantil. O indicador começou em 39,3 em 2019 e caiu progressivamente para 11,2 em 2023. Embora ainda acima dos níveis de Medicilândia e da RI Xingu em 2023, a trajetória de queda foi mais acentuada. Isso aponta para políticas de alcance mais amplo, como transferências condicionadas, campanhas de sensibilização e melhoria da oferta educacional, que contribuíram para a retirada de crianças e adolescentes de situações de trabalho precoce (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Já a taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Medicilândia variou de forma significativa entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava uma taxa alarmante de 72,5, que caiu drasticamente para 37,7 em 2020. Contudo, essa redução não se sustentou, e a taxa voltou a subir para 55,7 em 2021, oscilando em 2022 (48,3) e encerrando 2023 com novo aumento, atingindo 55. Essa instabilidade sugere vulnerabilidades na segurança pública local, com momentos pontuais de controle, seguidos de recrudescimento da violência letal. (Gráfico 29).

Na RI Xingu, o padrão foi semelhante: um pico inicial de 73 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, seguido por queda para 45,6 em 2020, e relativa estabilidade em torno de 49-50 nos anos seguintes. A persistência de taxas elevadas, mesmo após a redução inicial, indica um contexto regional de violência estrutural, onde os fatores geradores de homicídios – como conflitos agrários, tráfico de drogas e desigualdades sociais – permanecem presentes apesar de eventuais ações de controle (Gráfico 29).

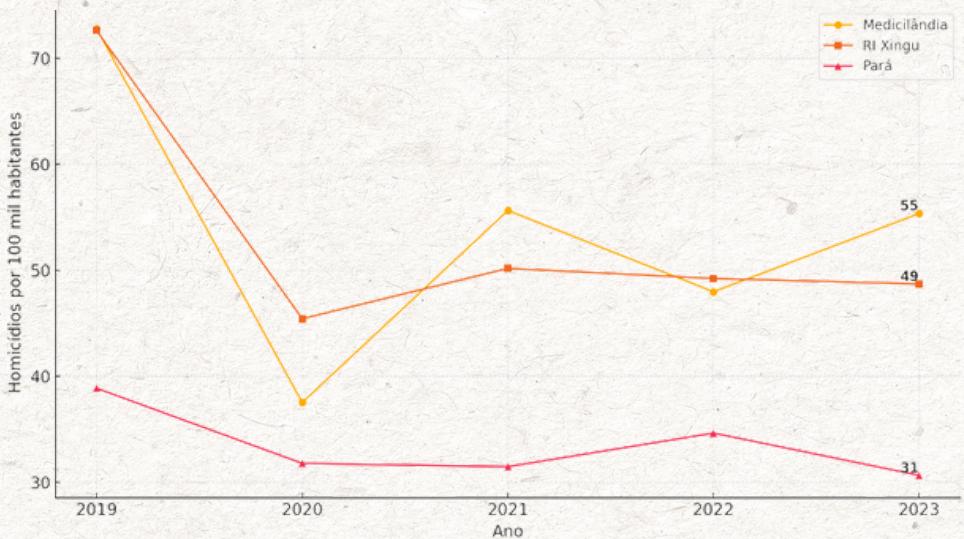
Em nível estadual, o Pará apresentou o menor patamar entre os três recortes territoriais, com tendência de queda mais estável. Partindo de 39,2 em 2019, a taxa caiu para 31,2 em 2023, com leve oscilação no meio do período. A manutenção de uma trajetória de redução, mesmo que modesta, aponta para avanços na segurança pública estadual, incluindo reforço da atuação policial, programas de prevenção à violência e investimentos em infraestrutura de segurança. Ainda assim, a taxa



permanece elevada em comparação a padrões internacionais, evidenciando a necessidade de políticas mais robustas e integradas (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2021, o município de Medicilândia apresentou um comportamento oscilante em relação ao gasto público como percentual do PIB. O indicador iniciou o período em 11,7% em 2018, mantendo-se praticamente estável em 2019, mas sofreu uma queda expressiva em 2020, atingindo 8,7%. Em 2021, houve uma recuperação para 11,4%, sinalizando um possível esforço de retomada nos investimentos públicos após os impactos da pandemia. No entanto, em 2022, o município apresentou valor nulo (0%), o que pode indicar ausência de registros ou inconsistência na base de dados utilizada, pois é improvável que não tenha havido

qualquer gasto público no período (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi de crescimento contínuo entre 2018 e 2021, passando de 9,3% para um pico de 15,7%, com leve recuo em 2022 para 13,3%. Esse padrão indica uma intensificação da participação do gasto público na economia regional, possivelmente motivada por investimentos em infraestrutura, assistência social e recuperação econômica. Mesmo com a queda em 2022, a RI Xingu manteve um nível superior aos anos iniciais da série, evidenciando a relevância da atuação pública no dinamismo regional (Gráfico 30).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou trajetória mais estável e ascendente. O percentual de gasto público em relação ao PIB passou de 11% em 2018 para 13% em 2022, com ligeiras oscilações ao longo do caminho. Essa evolução sugere um fortalecimento gradual da capacidade de investimento e da presença do Estado na economia paraense. A estabilidade e o crescimento moderado contrastam com a volatilidade observada em Medicilândia, apontando para uma gestão orçamentária mais consistente em âmbito estadual (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Medicilândia x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



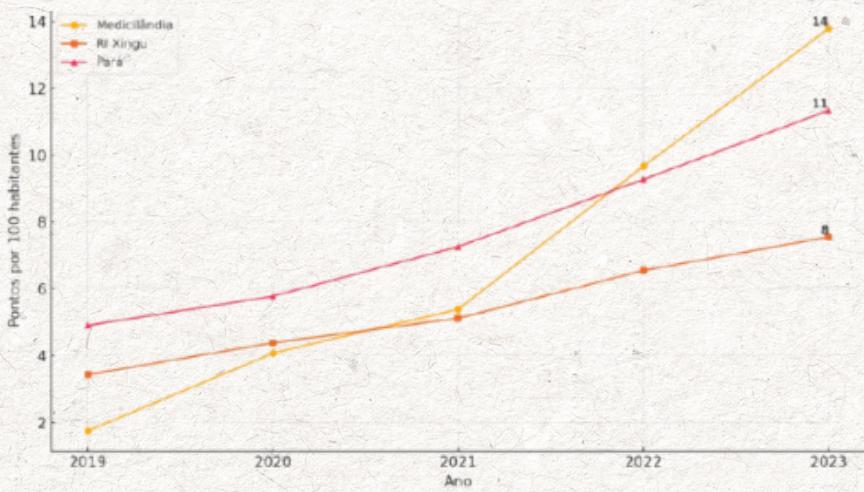
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, Medicilândia apresentou um crescimento expressivo na taxa de acesso à banda larga fixa, saltando de apenas 1,7 ponto por 100 habitantes para 13,8. O avanço foi constante ao longo do período, com destaque para os anos de 2021 a 2023, quando a taxa mais que dobrou. Esse crescimento indica uma expansão significativa da infraestrutura de conectividade no município, o que pode estar relacionado a investimentos públicos ou privados no setor, maior demanda da população por serviços digitais, e políticas de inclusão digital (Gráfico 31).

Na Região de Integração do Xingu, o crescimento também foi positivo, mas menos acelerado. Em 2019, a taxa era de 3,4 pontos por 100 habitantes e chegou a 8 em 2023. O avanço foi gradual e linear, com ganhos anuais moderados. Embora a região tenha mantido vantagem inicial sobre Medicilândia até 2020, foi posteriormente superada, refletindo possivelmente uma concentração maior dos investimentos de infraestrutura digital em áreas específicas como Medicilândia, ou uma resposta mais rápida às necessidades locais durante o período da pandemia (Gráfico 31).

No estado do Pará, o indicador também seguiu uma tendência crescente, subindo de 4,9 para 11 pontos por 100 habitantes entre 2019 e 2023. Esse comportamento demonstra um esforço estadual contínuo para ampliar o acesso à internet por banda larga fixa, fundamental para a educação, o trabalho remoto, o acesso a serviços públicos e a inclusão digital. Apesar de o crescimento ter sido menos acentuado do que em Medicilândia, o patamar estadual final ainda está acima da média da RI Xingu, revelando disparidades no ritmo de expansão da conectividade entre os diferentes níveis territoriais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

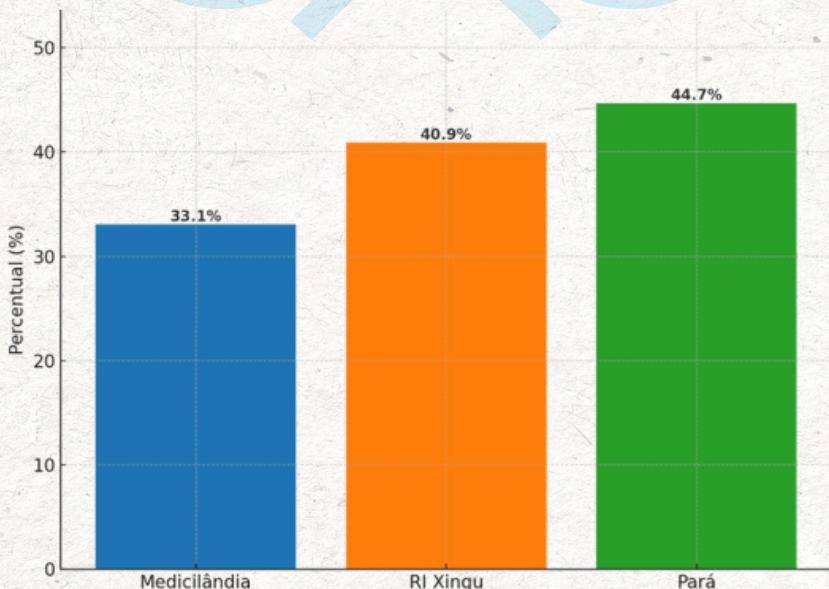
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Medicilândia** registrou um IDS de **33,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Medicilândia x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



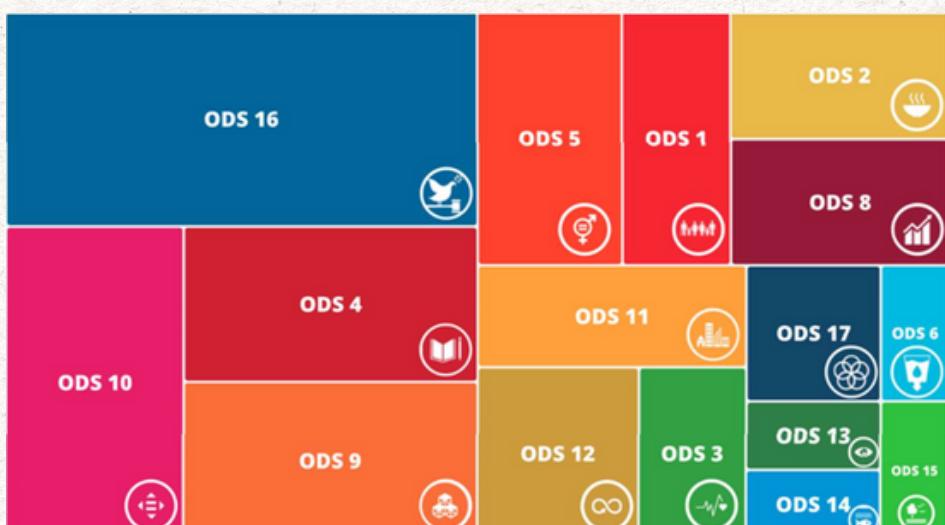
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Medicilândia na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Medicilândia e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

